

RODRIGO MATTOS: Bom dia a todos e a todas. Sejam todos bem-vindos à Câmara Municipal, que tem a honra de hoje receber a Comissão da Verdade Estadual. Gostaríamos, antes de compor a Mesa, dizer que é um compromisso que esta Casa tem firmado com a sociedade de Juiz de Fora de apoio à Comissão da Verdade Municipal. Convidar o Vereador Betão para vir aqui ao Plenário. Nós apoiamos a Comissão da Verdade Municipal, logo em seguida, restituímos o mandato dos quatro vereadores que foram cassados durante a ditadura militar num ato bastante emocionante aqui nesta Casa e, neste momento, nós estamos também dando apoio a Comissão da Verdade Estadual e por isso nós gostaríamos de convidar para compor a Mesa o Vereador Betão. O Coordenador da Comissão da Verdade Estadual em Minas Gerais, o Senhor Robson Sávio Souza. O Secretário Adjunto, Ex-vereador desta Casa, ex-deputado, Senhor Biel Rocha, ah, está aqui o Biel. Gostaríamos de convidar o Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Senhor José Francisco da Silva e por último, mas mais importante, o Secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Senhor Nilmário Miranda, que teve a oportunidade de nos visitar aqui, uma pessoa especial. Gostaríamos também de cumprimentar o José Luís Ribeiro que está presente aqui. E neste momento nós vamos passar a presidência dos trabalhos, que vai conduzir os debates e os depoimentos ao Senhor Robson Sávio Souza, que vai presidir a sessão a partir de agora. Muito obrigado a todos e bom dia.

ROBSON SÁVIO: Bom dia para todas e todos. Muito obrigado ao Senhor Presidente, Vereador Rodrigo Mattos pela abertura destes trabalhos e também por disponibilizar a Câmara Municipal para essa audiência pública da Comissão da Verdade de Minas Gerais. O meu nome é Antônio Robson Sávio, eu sou coordenador desta comissão aqui no estado e quero dar boas vindas a todos os senhores e senhoras, dizer que esta audiência pública, ela está intitulada Ditadura Militar na Zona da Mata, Memória, Repressão, Vozes da Resistência. Eu gostaria de inicialmente agradecer à Câmara Municipal desta cidade, na pessoa do senhor presidente e também do vereador aqui presente, muito obrigado por ceder este espaço. E também quero cumprimentar, principalmente, os funcionários desta Casa, responsáveis pelas áreas de comunicação, cerimonial e a TV Câmara, que esta transmitindo esta audiência pública e nós estamos acompanhando as nossas equipes, em Belo Horizonte também pela internet. Nós queremos também agradecer o nosso parceiro, Centro de Referência em Direitos Humanos, a Comissão Municipal da Verdade aqui de Juiz de Fora, e eu gostaria de nominar os integrantes: o Antônio Henrique Duarte Lacerda, a Cristina Maria Couto Guerra, a Fernanda Nalon, o Flávio Procópio, a Helena da Motta Sales, o Roberto Cupolillo, que é vereador, e o Wilson Borraro Cid e Jocélio Maria. Muito obrigado a todos vocês e nós estamos também solicitando, a Comissão da Verdade

de Minas, solicitando o material que foi produzido aqui para compor o nosso acervo e também para futuramente compor o Memorial de Diretos Humanos de Minas Gerais, que vai ser criado logo na sequência e que muito provavelmente, o Secretário Nilmário Miranda, dará notícias para a gente deste importante marco. Também quero agradecer a todos os depoentes aqui da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora e muitos dos seus familiares que estão presente aqui. Muito obrigado pela presença de todos e todas vocês. Agradeço ao comitê pela Memória Verdade e Justiça. Ao João Bosco, da Auditoria Militar aqui de Juiz de Fora, à Maria Fonseca, de Muriaé, esta porque ela trouxe gentilmente aqui para a nossa cidade um dos depoentes lá de Tombos. E por fim, não menos importante, agradecendo também a toda equipe da Secretaria de Diretos Humanos, Participação Social e Cidadania nas pessoas do Secretário Nimário Miranda, do Secretário Adjunto Biel Rocha, do Subsecretário de Promoção e Defesa dos Diretos Humanos, José Francisco da Silva, da Diretora de Memória e Verdade aqui presente, a Vanusa Alves. Também dos nossos pesquisadores Alexandre e Luciana e outras pessoas aqui não mencionadas, mas que colaboraram muito para realização desta audiência. Eu gostaria então de passar a palavra inicialmente para breve saudações, o Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, José Francisco da Silva.

JOSÉ FRANCISCO: Bom dia, senhor presidente da Mesa, que coordena o trabalho dessa audiência pública, não é? Da memória e verdade, Senhor Secretário Nilmário Miranda, Senhor Secretário Adjunto Biel Rocha, Senhor Vereador Betão e Senhor Presidente da Casa que nos acolhe e os membros da comissão aqui plenamente presente, quase que integral e os depoentes e a todos aí do auditório. A verdade, a comissão, ela instala seu trabalho em Juiz de Fora em parceria também com a Comissão Municipal da Verdade e ontem foi um dia muito especial, não é? Foi uma passada por locais, aonde pessoas sofreram a repressão dura do golpe militar de 64. Para nós que acompanhávamos, era uma emoção especial. Acompanhando Melgaço, acompanhando Emely, chegando a ficar embargado, a voz ficando embargada em alguns momentos em que passávamos por ali. Imaginávamos uma visita aí de 40 minutos, 1 hora. A verdade, ela se entendeu, nós nem demos conta, não é? E ali acolhidos, há que se registre, pelo Diretor Marcos muito bem acolhido, preparado. Enfim, depois nós visitamos mais três outros ambientes internos, também muito bem preparado no 2º Batalhão. Mais um momento de carga, de emoção muito forte, quando a nossa querida Emely identifica o local aonde foi dado a ela um papel com escritos que ela deveria tudo dizer contra aqueles aos quais ela defendia e era companheira. É claro que ela se negou. Então momentos assim de registros muito, de fato

emocionantes e ao final nós aportamos na Praça do Canhão, ali na praça onde venho fora o sargento, por sinal que se interessou. Não estava no programa adentrar ao ambiente, mas ele gentilmente veio fora e conversou um pouco conosco. Enfim, esta sessão de hoje, com estes depoimentos aqui que teremos, eu acho que é mais um momento de resgate e de registro e que prevaleça então a verdade. Um bom dia a todos e uma excelente sessão. Obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado, Doutor José Francisco da Silva. Eu gostaria de passar a palavra agora para o Secretário Adjunto de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, o Professor Biel Rocha.

BIEL ROCHA: Senhor presidente, eu queria pedir licença para poder usar desta Tribuna, não é? Tribuna está que o saudoso comunista, Paulo Rogério, vereador desta Casa, falava à mais alta tribuna do nosso município. Peço a licença ao senhor. Senhor Presidente Robson Sávio, da qual eu cumprimento, companheiras e companheiros da Comissão da Verdade de Minas Gerais, aqui presente. Companheira Nair Guedes, que desta tribuna fez um bom combate, em nome da senhora quero cumprimentar os nossos convidados a prestarem aqui o seu depoimento para contarem a sua história. Companheiro Rodrigo Mattos, Betão, não é? Agrademos a cessão desta Casa, palco de grandes debates na construção da história de nossa cidade. E companheiros Zé Francisco e o nosso Secretário Nilmário Miranda. Eu confesso a vocês que esta audiência pública me fez ficar um pouco ansioso, nervoso, mãos trêmulas, frias. Não é medo de falar em público, presidente. Embora com o meu português meio capenga, eu já perdi a conta as vezes que tive que falar frente a um público como este. O que me emociona e emociona a muitos aqui e que mexe lá no fundo com a gente é o tema que aqui estamos tratando. É poder estar avaliando, fazendo história enquanto ela ainda está sendo moldada. Penso que todos aqui ou a grande maioria que está aqui sabem da minha ligação com Juiz de Fora, com a política e com a temática dos direitos humanos. Nasci nesta cidade, Chicão, lá no Bairro Vitorino Braga, a poucos metros da Rua da Zona, não é? Antes mesmo que ela foi enxotada pela especulação imobiliária. Aqui, como muitos, faço política desde que me entendo como gente. Nesta Casa, fui vereador eleito para dois mandatos consecutivos. Desta tribuna junto com Nair fizemos um bom combate. E só saí daqui pelo voto e pela vontade popular para exercer o mandato de deputado estadual. Em todas as etapas desta caminhada, a luta, a defesa dos direitos humanos são os fios que conduzem minha trajetória. São os elos, como o de muitos outros que moldam o meu dia a dia e fazem com que a paixão pela política não morra, por mais que o analfabetismo político venha

criminalizando a política. Por mais que os neo-golpistas venham perseguindo os movimentos sociais e por mais que eles venham tentando a todo momento se aproveitar deste momento conturbado para retirar direitos históricos do trabalhadores. Isto quando não tentam intimidar e até tentar calar as entidades, as pessoas, as lideranças da sociedade civil. Estou fazendo esta breve referência de uma trajetória de minha vida, apenas para contextualizar de que lugar eu venho e de qual lugar eu falo quando me junto a todos que estão aqui nesta luta. Nossa Juiz de Fora, presidente, paga um preço histórico por questões alheias à vontade da sua população. Daqui, em 1964, saiu uma vaca fardada comandando sua manada e marchando sobre o Rio de Janeiro para precipitar o golpe que derrubou o Presidente João Goulart. Presidente João Goulart, que desta tribuna também aqui apresentou ao povo de Juiz de Fora suas reformas de base. João Goulart que hoje é uma avenida, uma grande avenida, no final da Avenida Rio Branco, um projeto de minha iniciativa aprovado por esta Casa, numa forma de resgatar, porque antes de 64, recebia, a Avenida Brasil recebeu o nome de Presidente João Goulart. Depois passaram para presidente, para General Olímpio Mourão. Hoje é a Avenida Brasil. Resgatamos e esta Casa teve esse papel importante. Aqui, senhor presidente, a ditadura montou em 1964, uma das mais draconianas auditorias militares e mandou para as masmorras centenas de militantes políticos, em cima de processos judiciais viciados, procurando dar legitimidade a uma quartelada. E aqui se usou o Presídio de Linhares, também próximo ao bairro em que nasci, como penitenciária para onde os presos políticos foram levados, encarcerados, confinados. Ainda nas primeiras horas da quartelada de 64, a ditadura cassou quatro vereadores desta Câmara Municipal, Francisco Afonso Pinheiro, Jair Hein, Meri de Mendonça e Peralva de Miranda Delgado. Todos do velho e aguerrido PTB. Esta Casa fez justiça, como disse o nosso presidente, ao lhes devolverem simbolicamente os mandatos, bem como através de um projeto de minha autoria, trocamos o nome deste Plenário, que antes chamava Presidente Costa e Silva e hoje com muito honra, Plenário Francisco Afonso Pinheiro. Pai do nosso amigo Chicão aqui presente que vai poder falar um pouco sobre isso. Foi uma pequena homenagem desta casa, não é? A um vereador injustamente cassado pela ditadura militar. A Comissão da Verdade de Minas Gerais hoje está aqui para ouvir as pessoas, buscar documentos, resgatar um período de nossa história que não pode ser esquecido. Anistia, companheiros e companheiras, não significa esquecimento e quem preserva sua memória dá um grande passo no sentido de não permitir que a violência, que o arbítrio e o desrespeito aos direitos humanos voltem a se abater sobre nós. O Governo Minas Gerais, através do Governador Pimentel, do Secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania Nilmário Miranda, estão envidando todos os esforços e dando todo o apoio para que

as vozes dos que tiveram suas vozes caladas por tantos anos, possam ser ouvidas. E vejam vocês, as trapaças do destino. Ambos, Pimentel e Nilmário, foram vítimas do arbítrio e hóspedes involuntários lá do Hotel Fazenda de Linhares. Jovens ainda, Pimentel e Nilmário, foram duas testemunhas oculares e vítimas de tantos abusos e arbítrios e hoje colocam seus cargos oriundos da legitimidade do voto popular para resgatar esses tempos sombrios, que não podem ser jogados para debaixo do tapete da história. O Governo de Minas Gerais está aqui presente e sabe que Juiz de Fora é maior do que o de ruim tentaram fazer com ela. Seja quando daqui começou a fazer a marcha para o insensato golpe de 64. Seja auditoria militar, que criada pela famigerada ditadura, seja a Penitencia de Linhares que virou depósito de presos políticos. Juiz de Fora tem orgulho de uma história que começa lá no período imperial, Guedes. A aqui está falando um juizforano, entendeu? Um povo bairrista, senhor presidente. Por isso, somos universais. E para os juizforanos tudo aqui é do bom e do melhor. Aqui temos um sindicalismo combativo, uma vida cultura efervescente e um povo que respira e que faz a boa política. E aqui estamos somando força com os municípios da Zona da Mata. Temos aqui Muriaé, temos aqui Tombos e outros municípios para poder ouvir e fazer ecoar as memórias da repressão, as vozes da resistência. Se muito vale o já feito, mais vale o que será, já disse mineiríssimo, não é? Fernando Brant que desta tribuna também derramou a sua poesia quando recebeu o título de cidadão honorário desta cidade. E ao conhecer melhor o que fomos é o que podemos fazer um país melhor para todos e todas sem qualquer tipo de discriminação. Todo apoio à Comissão da Verdade de Minas Gerais, ditadura nunca mais. Seja de togas, seja de fardas, reiteramos, ditadura nunca mais Guedes. Obrigado.

ROBSON SÁVIO: Nós agradecemos a participação do nosso companheiro Biel. Eu estou verificando que aqui na nossa plateia nós temos muitos estudantes, depois vou pedir a assessoria para nomear as escolas presentes para também fazer o registro. Está ok? Muito obrigado. Passo a palavra agora o companheiro, o Secretário de Direitos Humano, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda.

NILMÁRIO MIRANDA: Bom dia, pessoal. Eu quis falar daqui pensando em Darci Ribeiro. Darci Ribeiro um dia estava em uma reunião como esta, presidente, e aí foram passando a palavra para todos, ele deu um pulo quando chegou a vez dele e falou: demagogo fala em pé. Ele não era demagogo, ele estava usando a expressão grega na sua radicalidade, mas cumprimentar nosso Presidente Robson e os demais membros da Comissão da Verdade, Melgaço, Paulo Afonso,

Jurandir, Celina, Emily. Cumprimentar a todos, o Vereador Betão, além de um grande vereador também é um amigo, um grande amigo. Agradecer nosso Presidente Custódio, Dudu Custódio não é? filho do Custódio, foi meu colega de, um bom colega de parlamento, um político que a gente respeita muito, com quem teve uma excelente convivência. E agradecer também o apoio da casa e a todos os que vieram depor e essa, e todo mundo que está aqui para assistir. Olha, só para esclarecer, isso vai ser colocado aqui ao longo da audiência, eu queria dizer primeiro que Comissão da Verdade, ela não é do governo, ela é uma comissão de Estado. Ela não é uma comissão do governo A, B ou C. Ela foi instituída pela Assembleia por unanimidade. Pela Assembleia de Minas, por lei. E foi instalada no governo anterior, no governo Antônio Anastasia. Quatro dos membros da Comissão da Verdade vêm desde o começo. Três pediram para serem substituídos, senão estariam aqui também. Se eles não tivessem requerido, por motivos pessoais, eles foram, vários pediram. Então, foram substituídos este motivo não é? Ela não tem nenhuma subordinação ao Estado nem à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Ela age com absoluta independência. Nossa obrigação e dever é dar respaldo à sua atuação, não é? E é bom dizer também que, muitos não sabem, que nenhum deles ganha um único centavo. Alguns já estão aí há quatro anos. E nem cachê, nada. Absolutamente, não tem nenhuma remuneração pelo trabalho quando fazem. Essencialmente, é um serviço público, é um bem público não é? Isso é bom saberem também porque isso dá muito trabalho. Este pessoal trabalha demais, não é? E trabalha porque acredita no que está fazendo, são vocacionados, foram escolhidos por isso. E nós, Minas Gerais, deve muito a eles, estar fazendo esse trabalho tão necessário. Só queria lembrar também que o que nós estamos fazendo aqui é uma decorrência da democracia e da Constituição de 88, vem daí. Apesar de nós termos tido uma anistia esquisita no Brasil, que é o único país do continente que anistiou os dois lados, não é? A anistia foi instituída no mundo para reparar vítimas do Estado. Vítimas de violações praticadas pelo Estado. Nunca para anistiar o próprio Estado por crimes cometidos, seja que época que tenha sido, não é? Mas ela nasceu com esta contradição. Perdoar tortura, que a Constituição de 88 disse que é imprescritível, inaniável, insuscetível de graça ou anistia. Ela, a anistia de 79 perdoou a tortura, os torturadores, os algozes. Igualou algozes e vítimas mas esse é o único país, mas foi o que o Brasil conseguiu fazer naquela época. Teve um lado positivo também que todos nós sabemos, milhares de exilados ou exiladas voltaram ao seu país. Muitos saíram, os que ainda estavam nas prisões, nas masmorras, saíram. Os que viviam na clandestinidade, aqui tem pessoas que viviam na clandestinidade. Também puderam vir para exercer a sua cidadania. Foram integrados, reintegrados à sociedade. Então teve este caráter. Mas 88, o Biel Rocha falou aqui com muita

propriedade, inaugurou um novo paradigma. A constituição anterior, aquela de 67 não é? Que acompanhou a ditadura com as mudanças para pior, né, introduzidas pelo Ato Institucional número 5. O paradigma dela era esquecimento. Era abafar, esconder. A de 88, pelo contrario, ela fala em novos paradigmas: da verdade e da memória. Em vez de esquecimento, memória e a busca da verdade. E ela foi muito, foi muito bom a Constituição ter feito isso porque ela elevou a memória e verdade ao patamar dos demais direitos e garantias, próprios de uma democracia, muitos deles em risco hoje, mas não importa. Então, neste sentido o Brasil além da anistia que foi feita ainda no período do arbítrio, em 79. No período já da democracia constitucional brasileira, nós tivemos em 1995, a instituição Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. O Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade pelos mortos e desaparecidos. Foi responsabilidade objetiva. Não foi individualizado como deveria ser. As pessoas não foram submetidas a justiça penal pelo que fizeram, mas foi uma. O Estado assumiu a responsabilidade, foi o primeiro passo. E é importante dizer também que foi no governo do Fernando Henrique Cardoso, para mostrar que esta política não tem nada haver com esquerda ou com direita ou com centro. Isto é uma política de Estado, de Nação, de país, não é? Então é bom, foi bom isto tenha acontecido deste jeito, que não tenha sido o lado perdedor, lado vencedor, não teve lado. A ideia de uma democracia está associada à busca da verdade e da memória e a reparação dos danos causados pelo período não democrático, pelo período de arbítrio. Nós tivemos esta Comissão de Mortos e Desaparecidos, existe até hoje, que produziu também um passo essencial para o reencontro do Brasil. Que a gente chama da verdadeira conciliação. Reconciliação só se dá com memória e verdade, ela não se dá com humilhação, com esquecimento. Depois, 2001, venho um outro passo importantíssimo que foi a Comissão da Anistia. Que existe até hoje também, que já recebeu quase 80 mil requerimentos, pedidos de reparação, nem todos foram aprovados, mas recebeu 80 mil, inclusive de Juiz de Fora. Inclusive, de militares que para também instituir a ditadura foi preciso que os militares nacionalistas, democratas fossem expurgados da Forças Armadas pelo arbítrio. Pela demissão, pelas prisões, pela exclusão dos quadros. E por fim, em 2012, vem a etapa da Comissão Nacional da Verdade. Eu estava lá no dia no Palácio do Planalto, no dia em que foi anunciada, e lá acompanhando a Presidenta Dilma Rousseff estavam, José Sarney, os presidentes vivos, José Sarney, Collor de Mello, estava o Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Estavam todos os presidentes vivos estavam presentes. Para mostrar também que isso era um Estado brasileiro, isso é uma decisão da democracia. E eu acho importantíssimo este resgate, estarmos aqui hoje discutindo a Comissão da Verdade de Juiz de Fora, por tudo que foi dito aqui pelo José Francisco, pelo Biel sobretudo, que é daqui não é? Eu

também sou daqui, viu gente? Estou aqui como conterrâneo, na época, há dez anos atrás eu tornei-me cidadão deste lado desta cidade, eu levo isso muito a sério. E me considero um cidadão de fato de Juiz de Fora. Hoje nós estamos em um momento histórico que muitos chamam boaventura e outros chamam de presente contínuo, não é? Que é a polícia do esquecimento cotidiano, isso até hoje. Amanhã você esquece o hoje, depois de amanhã esquece o amanhã e ninguém constrói nada sólido, na base no esquecimento e, ou sufocando a memória. A memória é essencial para qualquer país, até para as pessoas. Cada pessoa é sua memória, não é? E um país também é feito de sua memória e da verdade. Verdade que buscada, tem que ser buscada, em primeiro lugar ouvindo as vítimas, não é? Isso eu aprendi também ao longo da minha vida. E também queria lembrar que aqui é uma cidade que teve, a gente viu homenagear inclusive, como eu estou fazendo, pessoas como o Paulo Roberto Bastos, não é? Que é um desaparecido político. Como Rodolfo Carvalho Troiano, daqui também desaparecido político. E do Padre João Bosco Benito Burnier, que não é um desaparecido político, mas que foi morto durante e pela ditadura militar lá Em São Felix do Araguaia. Mas também não deixar de lembrar Gabriel Pimenta, apesar de não ter sido morto pelo Estado, não é? Foi em outra natureza de conflitos, seus compromissos, seus extraordinários compromissos, mas também lembrar, neste momento da figura deles. E dizer que ao contrário do que esta acontecendo no país, que as recomendações da Comissão da Verdade estão sendo engavetadas. Ninguém vê falar nisso mais. Isto é péssimo. Que o mais importante da Comissão da Verdade, além da publicação do que apurou, é a recomendação. O que fazer daqui para frente para que não tenhamos nunca mais ditadura em um país. Em nosso país nunca mais tenhamos aquilo que a juventude passou, que a classe trabalhadora passou, que os sindicatos passaram, que os militares nacionalistas e democratas passaram. Que nunca mais tenhamos isso não é? Que, então, a única maneira é esta, é fazendo, publicando, tornando conhecido e fazendo recomendações a partir do trabalho realizado não é? E nacionalmente nós estamos vendo o engavetamento, o arquivamento das recomendações. Ninguém fala nisso mais. Deveria ser uma tarefa do Governo Federal porque isso foi uma política de Estado, não foi uma política de Governo. Mas entre tantos retrocessos que nós estamos vendo neste, o daqui eu posso assegurar, que não acontecerá. Como disse o Presidente Robson Sávio, já está acertado com o Governo, com o Governador, que no dia 31 de março do ano que vem, o que foi DOPS, onde tanta gente foi presa, o tanto que foi torturada, teve gente que morreu lá. DOPS é Delegacia de Ordem e Política Social, em um período que criminalizava a dissidência política. Período em que o opositor político era perseguido, não é? E nós não queremos isso mais. Para nós não interessa qual é a ideologia de cada grupo. Todos

tem o direito de expressar dentro da lei e de forma pacífica. Dentro da lei e de modo pacífico todos tem este direito, felizmente, foi conquistado a duras penas. Para isso muito gente morreu, foi preso, sofreu, houve tortura em massa no país para que chegasse a este ponto. Eu estou aqui na presença do José Luiz Guedes também que foi, a União Nacional dos Estudantes, fez o 55º aniversário a semana passada, não é? Aniversário não, Congresso, quer dizer. E 80 anos de luta, praticamente, ele foi um dos construtores deste período, do período da resistência. Então, quer dizer que no dia 31, naquele DOPS que foi o símbolo da criminalização dos movimentos sociais da dissidência política, ali vai ser um Memorial de Direitos Humanos. Tudo que for feito aqui vai para lá. Vai ficar para geração presente e futuras e ali vai ser um lugar real, concreto que as pessoas poderão ir, os alunos, estudantes, os que gostam e os que não gostam podem ir lá para conhecer o que aconteceu em Minas Gerais em todo este período. Não só da ditadura até antes, que aquele DOPS lá, foi desde 48, né, que, então você vê, mesmo em uma democracia havia penalização de movimentos sociais e da dissidência política. Mas sobretudo na ditadura. Foi ali que foi o período que realmente o DOPS serviu para mostrar a verdadeira natureza de uma ditadura, não é? Que sufocar a coisa mais importante do ser humano, que é a liberdade. Então, eu queria saudar a presença da comissão aqui. Agradecer o trabalho que fez, que tem feito até aqui. Em nome do governo, não é? Que acompanha com atenção, com carinho com todas as limitações procura dar o respaldo possível para comissão funcionar e cumprir sua nobre missão, Então muito obrigado a todos, viva a democracia e viva ao Brasil.

ROBSON SÁVIO: Agradeço as palavras do Secretário Nilmário e pergunto ao Vereador Rodrigo Mattos, se ele quer fazer o uso da palavra, para alguma consideração? Está certo. Então, agradecendo a deferência do presidente, as autoridades aqui presentes, fiquem a vontade para continuar ou se quiseram também utilizar os espaços laterais, do jeito que os senhores acharem melhor, tá? Para iniciar então a nossa audiência pública, eu queria apresentar formalmente os membros da Comissão da Verdade em Minas Gerais que estão aqui presentes. Pedir para que à medida que eu for relacionando o nome, pudesse levantar para ser reconhecido. Carlos Melgaço Valadares, Emely Vieira Salazar. Jurandir Persichini Cunha. Professora Maria Celina Pinto Albano. O Advogado, Doutor, Paulo Afonso Moreira. Eu gostaria de então convidar para compor as mesas aqui, acho que já estão quase todos presentes, os nossos depoentes, não é? O senhor Edilson Nogueira Silva. Edson, Edson Nogueira da Silva, por gentileza. O senhor Edson, então.